

Da Infraestrutura intelectual ao contexto das *Injustiças de Clío*

Considerações sobre a crítica de Clóvis Moura à Historiografia Brasileira

From Intellectual Infrastructure to the Context of *Injustiças de Clío*
Considerations on Clóvis Moura's Critique of Brazilian
Historiography

Rodrigo Fernandes Vicente

Doutorando em História
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
rodrigofevicente@gmail.com

Juan Michel Montezuma dos Santos

Doutorando em História
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Doutorando em Sociologia
Universidade de São Paulo (USP)
montezuma.juan@unifesp.br

Rômulo da Silva Barros

Mestrando em História
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
rsbarros@unifesp.br

Recebido: 18/09/2025

Aprovado: 16/06/2026

Resumo: O presente texto consiste em um estudo da infraestrutura intelectual da obra *Injustiças de Clío - O Negro na historiografia brasileira* por Clóvis Moura. Problematisa-se, a partir da análise do sistema de ideias, premissas, objetos e tese, se o autor foi capaz de comprovar, a partir da analítica historiográfica, a relação estruturante entre racismo e historiografia como um elemento subjacente à representação do sujeito negro na interpretação histórica. Para tal, tomamos o texto de Clóvis Moura como documento histórico da História do Pensamento Histórico no Brasil, primeiramente lhe aplicando uma crítica imanente e posteriormente identificando-lhe em seu contexto originário. Tal exercício é realizado no objetivo de compreender quais foram as contribuições de Clóvis Moura para a História da Historiografia, como também investigar a pertinência de dar continuidade aos seus estudos atualmente.

Palavras-chave: Clóvis Moura; Pensamento Histórico; História da Historiografia Brasileira.

Abstract: This text consists of a study of the intellectual infrastructure of the book *Injustiças de Clío - O Negro na historiografia brasileira* by Clóvis Moura. It is problematized, from the analysis of the system of ideas, premises, objects and thesis, whether the author was able to prove, from historiographical analysis, the structuring relationship between racism and historiography as an underlying element of

the representation of the black subject in historical interpretation. To this end, we take Clóvis Moura's text as a historical document of the History of Historical Thought in Brazil, first applying an immanent critique to it and then identifying it in its original context. This exercise is carried out in order to understand what the contributions of Clóvis Moura to the History of Historiography were, as well as to investigate the relevance of continuing his studies today.

Keywords: Clóvis Moura; Historical Thought; History of Brazilian Historiography.

Apresentação

Como a historicidade própria não é um privilégio de uma ciência histórica, mas algo inscrito no próprio ser do homem, uma história da historiografia como analítica da historicidade não pode se limitar a uma história da ciência histórica. Assim, tal analítica teria como uma de suas principais funções desobstruir a historiografia de sua impropriedade, ou, dito de outra forma, colaborar para recolocar o historiador frente ao fenômeno da história por meio da desnaturalização das representações e objetos históricos que se acumulam como resultado da própria ciência; lembrar, enfim, ao historiador que nossa relação com o passado, embora necessariamente mediada por representações reificadas, tem outra fonte mais fundamental, a própria experiência da história (Araújo, 2013, p. 42).

O texto contido nas próximas páginas está dividido em quatro partes: a) A infraestrutura intelectual de *Injustiças de Clío*; b) Clóvis Moura e a categoria de *intelectual orgânico*; c) O contexto de publicação de *Injustiças de Clío*; d) A crítica de Clóvis Moura à Historiografia ainda é pertinente? Logo, o método empregado é predominantemente indutivo, partindo das particularidades no texto do professor Moura até as características gerais que a obra compartilha com o conjunto de críticas historiográficas elaboradas no período no qual foi publicada. A pesquisa aqui realizada é bibliográfica, pois tomamos primeiramente o livro do autor como fonte primária e os escritos dos seus contemporâneos como fontes complementares. Por fim, o tipo de crítica historiográfica aqui elaborada é, tal como sistematizou o professor Valdeir Araújo (2013) no trecho supracitado, uma analítica da historicidade. Buscamos explorar se a crítica histórica elaborada ao passado reificado é congruente com o próprio desenrolar da História – nesse caso, da Historiografia – no Brasil.

Introdução - A infraestrutura intelectual de *Injustiças de Clío*

Procuramos analisar como o negro é descrito ou simbolizado na nossa historiografia e os diversos níveis de deformação ou incompreensão etnocêntrica, os preconceitos e os julgamentos de valor negativos que estão embutidos e são registrados nessa produção historiográfica do passado. Durante todo o tempo em que ela foi elaborada. Fruto de um pensamento que assimila e reflete uma visão desfocada da realidade étnica e social do Brasil, essa historiografia, tendo como embasamento teórico um conjunto de pensamento elitista, eurocêntrico e racista muitas vezes, jamais colocou o negro como agente histórico social dinâmico, quer como indivíduo, quer como

grupo ou segmento. Essa imagem produzida em consequência da necessidade de se instrumentar um pensamento capaz de dar um perfil branco à nossa dinâmica social, configura um dos exemplos mais típicos e significativos da incapacidade ideológica desses produtores de repensarem a nossa história a partir das classes, segmentos ou grupos oprimidos e etnicamente discriminados, e, por isto mesmo, interessados em dinamizar a sociedade na direção de novas formas de convivência social (Moura, 2025, p. 38).

A infraestrutura intelectual de um autor são os princípios de método, categorias analíticas e premissas que sustentam o seu sistema de ideias. Partindo dessa premissa, nos dedicamos nesta introdução às ideias- força ou pontos elementares do texto do professor Clóvis Moura. Estas são considerações que têm função basilar em sua elaboração crítica e sem as quais a superestrutura posterior da sua tese, ou seja os argumentos e críticas principais, não se sustentam, ao serem aplicados às relações entre ideologia racista e a escrita histórica.

Em primeiro lugar, para o autor das *Injustiças de Clio*, a História não é apenas narrativa, exercício retórico e artístico de um pensador qualquer, tampouco saber meramente acadêmico, ou seja, constructo fundamentado na organização técnico-científica de um conjunto de procedimentos de investigação da realidade. Ela é um fenômeno exterior ao Ser, cuja materialidade está circunscrita à dinâmica da totalidade em movimento no tempo e no espaço, tratando-se portanto de uma esfera da existência. Logo, sua diacronia é um elemento contingente e inexorável da dialética constituinte da materialidade do conjunto de sistemas lógicos que a ciência reconhece enquanto realidade.

Sendo assim, o que é politicamente problemático na História, em *Injustiças de Clio*, não é a sua constituição enquanto fenômeno, mas sua apreensão que está condicionada aos campos semânticos da cultura. Portanto, o que o professor Clóvis Moura busca discutir na sua obra não é a natureza da História enquanto fenômeno, pois para o autor sua ontologia é nítida. O que se discute é a fenomenologia da História, no sentido da reflexão sobre o que é a elaboração desse estudo que se atribui sobre os objetos da pesquisa histórica. Nesse sentido, o que Clóvis Moura problematiza são as abordagens e teses da historiografia brasileira, a partir de uma teorização sobre os seus elementos estruturantes. Os aspectos analisados são a teoria e metodologia, a História como ciência realizada pelo sujeito observador, não sua natureza. Por fim, a *Clio* no livro de Moura é o acúmulo de paradigmas, representações e discursos que se reificam no tempo como História, mais precisamente como sua versão oficial. Tais construtos estão alienados daquilo que a História é, ou seja, da sua materialidade como fenômeno, como processo da totalidade em movimento no tempo.

O Negro – ou sua representação – nas primeiras correntes da historiografia oficial brasileira, entra no texto de Moura como um elemento cujo exame permite a verificação de sua hipótese. Afinal, se o conjunto bibliográfico por ele analisado representa formas alienadas de interpretações da História sustentadas por prejuízos ideológicos ligados à raça e posição de classe dos autores, a forma como os negros estão representados nessas histórias racistas revela seu distanciamento do estatuto de verdade histórica, o afastamento de uma apreensão do tempo e espaço capaz de identificar concisamente a materialidade dessa instância da totalidade em movimento que é o passado.

Em suma, seu argumento elementar é o seguinte: a História é movimento, um processo passível de ser dirimido e qualificado em diferentes níveis de análise, mas sem perder o seu caráter material e dialético, afinal, como movimento, a História possui inexoravelmente uma causalidade. Logo, as controvérsias teóricas sobre a História são produtos da própria natureza conflitiva do processo histórico, devendo assim ser examinadas não a partir de uma abordagem nominalista que nega à História a sua universalidade, mas a partir dos elementos estruturantes da sua apreensão, daquilo que influencia a forma da historiografia e não a natureza da História. Portanto, a centralidade da crítica deve estar na relação que as formas de organização social da cultura, da política e da economia têm para com a escrita histórica. Justamente por conta disso, a relação entre ideologia, luta de classes, questão racial, escravidão, racismo e historiografia brasileira é o núcleo duro da análise de Clóvis Moura. Eis, assim, as características elementares da infraestrutura intelectual de *Injustiças de Clío*, vamos agora à sua categoria central.

Considerações sobre a história como ciência: uma ferramenta de conhecimento enraizada na práxis

No capítulo inicial de *Injustiças de Clío*, Clóvis Moura apresenta as bases teóricas de sua crítica à historiografia brasileira, fundamentando-as numa concepção materialista e crítica da História enquanto ciência social. Já nas primeiras páginas, ele rejeita a ideia de que a história possa ser concebida como simples disciplina acadêmica capaz de somente oferecer teorias, distanciada da vida concreta e da ação humana.

[...] por isto, já houve quem afirmasse que a “história é a política passada e a política é a história do presente” (Seely). Essa frase pode explicar muita coisa que ficará incompreensível se tomarmos a história como simples disciplina acadêmica, acima do próprio dever do seu objeto, material para uso contemplativo. Porque a história não existe apenas para registrar, narrar ou explicar os fatos passados. Ela está inserida no quadro das ciências sociais, marca e delimita objetivos para o homem, generaliza os fatos, aponta as tendências do futuro, baseada no passado. Daí não poder ser

compreendida corretamente se for tomada como simples narrativa sem conexão com a práxis e sem interligação com os grupos sociais que formam a dinâmica da história, pois ela é uma ferramenta de conhecimento integrada nessa dinâmica (Moura, 2025, p. 16).

Nesta citação, Moura critica uma concepção alienada da historiografia, que poderíamos chamar também de “atrasada”, na qual se toma o passado como objeto estático, artificial e a atividade do historiador como função contemplativa. Para ele, a história só pode ser pensada enquanto conhecimento se estiver enraizada na práxis – isto é, na relação viva entre teoria e ação. A História, nesse sentido, não é apenas repositório de acontecimentos, mas também ferramenta de orientação política, ideológica e pedagógica, ativamente engajada na transformação da realidade na qual os “homens” têm suas experiências como fonte enriquecedora da teoria. Desta forma, essa ideia é fortalecida na citação abaixo, quando o autor explicita a necessidade e a urgência do historiador manter sua ótica voltada para a ação concreta dos sujeitos históricos. Para Moura, é apenas a partir dessa perspectiva que se evita a alienação do conhecimento histórico e se ativa o senso crítico do indivíduo:

Para que isto não aconteça, o historiador deverá ter a sua ótica voltada para a ação humana. Se ele se colocar neste ângulo de análise dificilmente extrapolará para conclusões subjetivistas ou irracionaisistas a que se refere Henri Berr. Então, à medida que a história é conhecimento é também aproximação ou coincidência com os processos dinâmicos do mundo exterior e suas leis; da mesma forma que a alienação é distanciamento, compreensão voluntarista, é acréscimo erudito sem penetração na essência do fato histórico. Para que a história seja conhecimento, [...]conforme já assinalamos, o objeto dessa ciência deverá ser tomado como um processo que se desenvolve no tempo, contraditoriamente, e sujeito à causalidade (Moura, 2025, p. 25-26).

Esse compromisso com a realidade e com os sujeitos historicamente oprimidos convoca o historiador, nas ideias de Clóvis Moura, a não apenas interpretar o passado, mas também a agir criticamente no presente. Neste sentido podemos analisar um país como o Brasil, que ainda carrega as marcas deixadas pelo colonialismo, como a retirada forçada de povos de suas terras e a exploração de pessoas, cujas consequências estão presentes nos dias de hoje. Elas reaparecem quando vemos territórios sendo destruídos de forma abusiva, e pessoas (especialmente as mais vulneráveis) sendo usadas como mão de obra barata ou vivendo em condições desumanas. Mesmo com novas formas, essa lógica de exploração continua repetindo o que acontecia no passado colonial. O historiador não pode se omitir da tarefa de narrar e analisar tais processos com lucidez crítica.

Casos como o colapso ambiental causado pela Braskem em Maceió (2018–2024) – resultante da mineração de sal-gema no subsolo urbano da capital alagoana –, bem como os crimes da Vale em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), evidenciam como a violência estrutural de matriz colonial e

capitalista permanece ativa na estrutura social brasileira até hoje. Essas comunidades mais afetadas por esses desastres ambientais – ou melhor dizendo, da sanha de lucro desenfreados de certas empresas – não apenas pertencem em grande medida às camadas mais pobres da população, mas também são majoritariamente racializadas, periféricas e desprovidas de representação política efetiva. Assim, são herdeiras históricas das mesmas formas de exploração e silenciamento que Moura denunciou em sua crítica à historiografia tradicional.

Hoje em dia vemos uma atualização da história oficial por meio de relatórios de empresas, discursos técnicos e falta de visibilidade destes problemas na mídia. Tudo isso segue o mesmo padrão que Clóvis Moura criticava: uma história contada do ponto de vista das classes dominantes, em que os prejuízos viram apenas números e as vidas perdidas são tratadas como efeitos colaterais. Para manter seu compromisso com a crítica e com a ciência, o historiador – como defendia Moura – precisa olhar para a ação dos grupos sociais que vivem os conflitos e contradições da história e denunciar as estruturas de dominação que continuam ativas no presente, por meio do racismo ambiental e violência contra os territórios. Desta forma, a crítica de Clóvis Moura à historiografia tradicional e sua insistência de alguns historiadores também repercute no campo da educação histórica, no qual o apagamento das lutas sociais e das violências estruturais ainda se reproduz. Como alerta Circe Bittencourt, o ensino de história muitas vezes reforça as representações dominantes, coloniais e ignora o protagonismo de sujeitos historicamente marginalizados. Para ela, “o ensino de história tem contribuído para a construção de uma identidade nacional unificada e muitas vezes excludente, que silencia os conflitos sociais e apaga a diversidade dos sujeitos históricos” (Bittencourt, 2004, p. 62).

Por fim, tanto na forma de escrever a história quanto na maneira como ela é ensinada, o desafio continua sendo o mesmo: construir conhecimentos históricos que enfrentam as desigualdades da sociedade, que não finjam neutralidade, e que ajudem nas lutas por justiça e liberdade para os grupos que foram marginalizados ao longo do tempo.

Clóvis Moura e a categoria de intelectual orgânico

Apesar de em seu texto Clóvis Moura não citar de maneira direta¹ o filósofo marxista italiano Antonio Gramsci, ele se utiliza de uma categoria consagradamente gramsciana, que é a categoria de

¹ Clóvis Moura apenas menciona Gramsci a partir de uma citação retirada da obra de Geraldo Coelho, *História e ideologia: o IHGB e a república*, de 1981, na qual Coelho também se vale da categoria de intelectual orgânico para analisar a produção historiográfica do IHGB (Moura, 2025, p. 66).

intelectual orgânico. Como é muito bem explicitado em seu texto, os historiadores analisados em *Injustiças de Clío* são todos membros de uma elite que eram assistidos, por vezes, recebendo direto financiamento de Dom Pedro II para suas produções intelectuais. Neste caso temos instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que recebeu uma atenção especial de D. Pedro II; um exemplo é Francisco Varnhagen, que era amigo pessoal do monarca e recebeu auxílio da corte para acessar documentos sobre o Brasil em arquivos europeus (Moura, 2025, p. 67). Sendo assim, segundo o historiador brasileiro, “se não partirmos da posição teórica de que essa historiografia existia como suporte ideológico desses sistema, com o apoio institucional das suas estruturas de poder, não poderemos compreender como os seus autores tratam o negro e o escravo” (Moura, 2025, p. 64).

Devemos lembrar também, já que o autor não menciona isso, que essa produções historiográficas que circundam o IHGB tinha também como objetivo central a construção da nacionalidade (Moura, 2025, p. 65), no sentido de responder uma pergunta sobre o que é o Brasil e de que maneira foi concebido e construído. Partindo do princípio que quem comandou a emancipação política do Brasil foram as elites cafeicultoras sudestinas, os historiadores ligados a elas – e muitas vezes oriundos das mesmas – manifestam uma visão aristocrática da história do Brasil; nessa visão e projeto de país não estavam incluídas pessoas negras, escravizadas, e indígenas. Neste caso, a historiografia circunscrita ao IHGB promoveu o completo apagamento desses atores não brancos da história brasileira, como também na tentativa de buscar uma homogeneidade inexistente do que era a história brasileira. Como Fabiano Dias menciona,

o reduto intelectual [do IHGB] se propunha a reunir as condições indispensáveis à posterior escrita de uma história pátria. Tal objetivo, adequando-se às demandas de um Estado recém independente e que corria o risco da fragmentação, fez com que o Instituto procurasse fornecer todo o aparato acadêmico para forjar suas tradições, àquela altura indispensáveis à construção da nação. O IHGB foi, assim, moldando e direcionando suas atividades no sentido de articular a formação da nacionalidade em um Estado carente de unidade (Dias, 2010, p. 177).

Ao não falar sobre os negros, Moura é consistente em mencionar que

dentre essas instituições criadas para a reprodução de ideologia escravista do Império, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi aquela que desempenhou um papel dos mais ativos e dinâmicos. Elaborou um tipo de história “oficial” dentro dos padrões conservadores-escravistas e foi, através da assistência do próprio imperador, a matriz da produção historiográfica do Brasil escravista (Moura, 2025, p. 66).

Ao fim e ao cabo, toda produção intelectual realizada pelo IHGB visava dar sustentação ao regime escravocrata no qual o Brasil foi estruturado. Contudo, ao mencionar a categoria intelectuais

orgânicos, devemos nos perguntar o que ela significa. Como foi dito, a categoria vem de Gramsci, filósofo do século XX que desenvolveu o conceito em seus *Cadernos do cárcere* enquanto era prisioneiro político durante o regime fascista na Itália. Gramsci construiu sua visão sobre os intelectuais no caderno 12, redigido no ano de 1932, no qual ele começa seu texto se perguntando: “os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?” (Gramsci, 2022, p. 15). A esta pergunta, o autor responde em seguida:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (Gramsci, 2022, p. 15).

Todas as sociedades têm os seus intelectuais – e Gramsci é mais abrangente, considerando todas as pessoas como intelectuais –, desde o momento em que as sociedades foram se tornando mais complexas e foi separado o trabalho manual do trabalho intelectual. Segundo Gramsci,

formaram-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formaram-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (Gramsci, 2022, p. 18-19).

Podemos concluir, com esses excertos, que cada classe social terá um grupo de intelectuais para chamar de “seus”. Isto pois essas classes sociais produzirão seus intelectuais como uma forma de dar legitimidade teórica ao seu projeto político. Dito de outro modo, ao mesmo tempo que Francisco de Varnhagen pode ser considerado um intelectual orgânico das elites escravocratas brasileiras, Castro Alves pode ser entendido como um intelectual orgânico do movimento abolicionista. Ambos produziram obras para legitimar (Varnhagen) ou para contestar (Castro Alves) o regime escravocrata imposto pelas elites brasileiras. O próprio Varnhagen legitima a escravidão em sua obra ao afirmar que: “passando à América ainda em cativeiro, não só melhoraram de sorte como se melhoravam socialmente, em contato com gente mais polida e com a civilização do cristianismo” (Varnhagen *apud* Moura, 2025, p. 156). Gramsci se pergunta, em seus *Cadernos*, sobre a formação desses intelectuais na América do Sul e é fulcral ao mencionar que “a maior parte dos intelectuais [da América do Sul] é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, estes intelectuais são ligados ao clero e aos grandes proprietários” (Gramsci, 2022, p. 31).

Tais intelectuais surgem organicamente dentro dessas classes, seja porque já tenham nascido dentro delas, seja pela cooptação e assimilação de integrantes de uma classe a outra. Para Gramsci, uma

das principais tarefas dos intelectuais é produzir a “hegemonia de classe” – um conceito fundamental para a filosofia gramsciana. Sendo assim, uma determinada classe – no caso específico de nossa análise, a elite agrária brasileira – utiliza seus intelectuais para duas coisas: 1) produzir o consenso “espontâneo” das massas graças à “orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social”; e para Gramsci este “consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção”. E, continua o filósofo italiano, 2) “do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente” (Gramsci, 2022, p. 21).

Aqui, o que Gramsci demonstra é cristalino: os intelectuais com sua produção – e constante participação na imprensa – têm como principal função criar consenso na sociedade (e no caso que estamos falando aqui, é o consenso em torno da escravidão). Caso esse não fosse adquirido, o Direito e sua coerção entram em ação com o uso da força – na história do Brasil temos vários exemplos, desde os bandeirantes no período colonial, passando pela Guarda da Polícia de Dom João VI, até o moderno exército remodelado por Duque de Caxias com o Brasil já emancipado de Portugal. Para exemplificar, quando Moura critica a obra de Varnhagen, no momento em que o historiador aristocrata fala brevemente sobre o quilombo dos Palmares, ele afirma que o quilombo “era o início do protesto do negro contra sua condição de escravo. E era este portesto negro a forma mais radical de protesto do escravo que Varnhagen procurava ocultar, por ser o elemento desequilibrador do seu projeto [aristocrático de país]” (Moura, 2025, p. 159).

Então, enquanto há simpatia dos historiadores brasileiros oitocentistas por figuras como o bandeirante Domingos Jorge Velho, os atos heroicos de resistência em Palmares por Zumbi e Dandara sequer são registrados. Nem mesmo a Conjuração Mineira (1789) – movimento de setores ilustrados da elite branca de Minas Gerais – mereceu a simpatia de Varnhagen, que ainda expressou mais repulsa pela Conjuração Baiana (1798) – que foi sobretudo levada a cabo por pessoas negras libertas e escravizadas. Quando Varnhagen – e demais historiadores aristocratas do período – escreveu isso, ele estava justamente querendo impor os projetos das elites cafezeiras escravocratas, que inclusive mantinham financeiramente esses historiadores e intelectuais. Segundo Moura,

era uma intelectualidade orgânica desse tipo de ordenação social, dele se nutrindo e por ele sustentada através de canais institucionais. Senão vejamos: Varnhagen foi adido de primeira classe da nossa diplomacia em Lisboa [...] João Francisco Lisboa, em 1856, assumiu a responsabilidade de pesquisar os arquivos de diversos países; Joaquim Caetano da Silva é encarregado da delegação brasileira em Haia onde faz pesquisa em arquivos holandeses [...] Sem nos referimos a outros como Oliveira Lima

e Norival de Freitas, todos financiados pelo governo imperial de diversas maneiras, inclusive através de verbas do próprio imperador, D. Pedro II, repassadas ao IHGB (Moura, 2025, p. 67-68).

Sendo assim, vemos neste caso a preocupação da corte brasileira em manter viagens destes intelectuais à Europa para que pudessem escrever uma história do Brasil conveniente às elites nacionais e estabelecerem uma narrativa à sua imagem e semelhança sobre o país superestimando o colonizador europeu branco, e subestimando – quando não apagando completamente – os elementos negros e indígenas.

Nesse cenário - e repetimos aqui para deixar nítido - Moura opera uma inversão crítica: se Varnhagen e os historiadores do IHGB foram intelectuais orgânicos das elites escravocratas, outros autores e poetas, como Castro Alves, surgem como intelectuais orgânicos do movimento abolicionista. A dicotomia proposta por Gramsci entre intelectuais tradicionais e orgânicos permite a Moura diferenciar aqueles reprodutores do *status quo* daqueles que, a partir de uma ligação concreta com as classes subalternas, buscavam produzir um novo senso comum e um novo projeto de sociedade. Castro Alves, ao denunciar os horrores da escravidão, homenagear os escravizados e clamar por liberdade, insere-se como um agente de transformação cultural, desafiando a hegemonia escravocrata.

Gramsci ainda alerta para a origem e função dos intelectuais na América do Sul, observando sua ligação estrutural com o latifúndio e com o clero. Essa conexão evidencia que os intelectuais da elite não surgiram apenas por mérito individual, mas foram forjados e mantidos por uma rede de privilégios estruturais. Moura retoma essa observação ao demonstrar que os principais historiadores do século XIX eram oriundos das elites agrárias ou diretamente vinculados a elas através de cargos, financiamentos e redes institucionais. Essa constatação é decisiva para desmontar o mito da neutralidade acadêmica e revelar o entrelaçamento entre produção de conhecimento e poder. Tendo isso em vista, vamos agora verificar se essa relação possuía centralidade no contexto de críticas historiográficas no qual Clóvis Moura publicou sua obra.

O contexto de publicação de Injustiças de Clio

A década de 1990 foi preenchida de publicações de livros que, assim como os de Clóvis Moura, tinham enquanto debate nuclear a discussão sobre as relações entre conhecimento e poder alinhado ao estudo histórico do próprio desenvolvimento disciplinar do pensamento histórico e, por

consequente, da historiografia brasileira. Alguns desses textos, inclusive, compartilham o recorte temporal e espacial da obra de Clóvis Moura, muito embora fossem menos ambiciosos ou cautelosos em relação ao exercício da síntese na elaboração de uma crítica historiográfica. Desses trabalhos coetâneos ao do professor Clóvis Moura, estudaremos nesta seção, como mero exercício de comparação teórica e metodológica, os textos dos professores Manoel Salgado Guimarães e Francisco Iglésias, respectivamente intitulados *Historiografia e Cultura Histórica: Notas para um Debate* (1995) e *Historiadores do Brasil* (2000).

Em seu texto, originalmente publicado cinco anos após *Injustiças de Clio*, o professor Manoel Salgado Guimarães pondera que a constituição da historiografia como campo disciplinar ainda era relativamente recente, sendo seus primeiros trabalhos textos que remontavam apenas até a metade do século XX e referindo-se especificamente ao clássico de José Honório Rodrigues, intitulado *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodológica*, de 1949. Em seguida, o professor Guimarães considera, apoiado nas proposições de Pierre Nora sobre a historiografia acadêmica em *Les Lieux de mémoire* (1984), que a sistematização de investigações de cunho historiográfico é um produto da maturidade disciplinar do campo de estudos.

Combinando uma reflexão sobre a história da disciplina um conjunto de questões de natureza epistemológica, a disciplina histórica buscaria superar os impasses de uma tradição apontando para os novos horizontes de pesquisa. Sugere portanto, que a interrogação de natureza historiográfica partilha de um certo esforço de repensar os rumos da disciplina numa era de maturidade, quando os balanços podem significar igualmente novas possibilidades de questionamento (Guimarães, 2005, p. 31).

Em conjunto, essa ponderação e caracterização, quando coligidas com *Injustiças de Clio*, comunicam que o trabalho de Clóvis Moura, apesar do mesmo não ser um intelectual acadêmico, é congruente com as tendências teóricas e metodológicas que se consolidavam na Historiografia do período. Afinal, a crítica de Moura, embora esteja centrada na relação estruturante entre historiografia e racismo, realiza todos os procedimentos que podemos qualificar como imprescindíveis ao estudo historiográfico, a partir da caracterização do professor Manoel Salgado.

Há, em *Injustiças de Clio*, assim como em outros trabalhos de crítica historiográfica, um exercício crítico no qual está a disciplina, através dos historiadores, debruçada sobre si mesma. Examinando, por meio desse gesto epistêmico, as suas tradições intelectuais, formas institucionais, funções sociais, políticas e econômicas. Tendo, assim, essa discussão imediatamente produzido um enunciado inalienável da problematização da ideia de projeto, conhecimento, desenvolvimento e poder. Em outras palavras, não sendo a historiografia, uma refém erudita de supérfluas discussões de perfil

aporético, tal como aquelas exageradamente centradas nas questões de ordem estética. Estes debates que acabam se assemelhando mais à crítica literária das classes médias e pequenos burgueses, que fazem vezes de diletantes nos debates exclusivos dos “altos” circuitos culturais, do que ao debate histórico, imperativo aos intelectuais cômicos do dever que lhes cabe enquanto prestadores de um serviço de vocação pública, tal como era o caso do professor Clóvis Moura.

Outro ponto de convergência entre Moura e Guimarães está no argumento central do último em *Historiografia e Cultura Histórica*, que se encontra aplicado em *Injustiças de Clio*. A tese em questão, do professor Manoel Salgado, é a ideia de que a historiografia “deve ser compreendida como parte de uma cultura histórica que supõe inúmeros outros dispositivos coletivos de produção e significado para o passado” (Guimarães, 2005, p. 32). Em termos mais simples e inspirados no conceito de *regimes de historicidade* a teoria histórica de François Hartog (2013), significa que a escrita histórica dos intelectuais identificados como historiadores deve ser interpretada como um produto cultural de um constructo social mais vasto, um arquétipo filosófico hegemônico ou regime de produção de conhecimento histórico. Esse que, muito embora não seja determinante, condiciona e influencia a trajetória das interpretações sobre o passado. Tal gesto epistêmico, onde a epistemologia é examinada sob a identificação das formas de organização social da política, cultura e economia, assim como suas funções sociais, não escapa ao ponto fulcral da tese em seu livro. A saber, este foi analisar que “a historiografia abandona o seu papel de ciência para transformar-se em um instrumento ideológico das nossas elites raciais dominantes” (Moura, 2025, p. 298) ao representar o negro na narrativa histórica através dos filtros discursivos do racismo.

Ademais, tal como aponta o professor Guimarães, a ciência da História possui disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o panteão dos nossos clássicos. Interrogá-lo é tarefa da historiografia” (Guimarães, 1995, p. 32). Essa é uma tarefa da qual o professor Clóvis Moura não se exime, ao tratar nomes como Frei Vicente do Salvador e Oliveira Vianna como historiadores que “retiram créditos da grande, senão fundamental contribuição do negro (social, cultural e economicamente) colocando-o ou como animal de tração, bárbaro ou biologicamente inferior” (Moura, 2025, p. 298). Animando, então, nos últimos parágrafos de seu livro, o desenvolvimento de trabalhos críticos fundamentados no objetivo revisionista de dirimir a alienação entre a produção historiográfica e a materialidade do processo histórico brasileiro. Sem dúvida, aquilo que o professor Manoel Salgado recomenda em seu balanço sobre o campo dos estudos historiográficos é o que o professor Clóvis Moura executa em *Injustiças de*

Clio. Isso não implica em nenhuma distinção polêmica e superficial entre ambos os autores, mas sim diretamente comunica a congruência de suas perspectivas globais sobre a História da Historiografia.

No caso do livro do professor Francisco Iglésias, *Historiadores do Brasil*, os paralelos são menores, porém não menos fecundos para um estudo comparativo. A obra de Iglésias possui um escopo temporal consideravelmente mais largo do que a crítica de Moura, indo dos primeiros momentos historiografia brasileira até as contribuições do regime de produção historiográfica acadêmico a partir da década de 1930. Tanto o texto de Iglésias quanto o de Clóvis Moura são produtos da acumulação de capital cultural de toda uma vida dedicada à historiografia e demais tipos de bibliografia científica ou literatura. Se isso não é imediatamente evidente na estrutura textual da redação, estilo e infraestrutura intelectual de *Historiadores do Brasil* e *Injustiças de Clio*, fica então nítido na maneira como são organizados os conjuntos bibliográficos tomados enquanto documento nas obras.

Ao contrário de Clóvis Moura, Iglésias esboça uma periodização da historiografia brasileira, delineando um primeiro momento entre 1500 e 1838; um segundo momento entre 1838 e 1931; e o terceiro deste último ano até fins do século XX, quando o livro foi originalmente publicado. Como todo ato qualificatório empregado para a formação de conjuntos, há aqui uma tendência à homogeneização que varia de acordo com os elementos destacados pelo autor e com as premissas que são tomadas e retomadas de maneira subjacente no desenrolar do texto e seu argumento geral.

No caso de Clóvis Moura, sabemos que o conjunto bibliográfico reunido visava legitimar a interpretação do papel estruturante do racismo na elaboração da historiografia. Já para Francisco Iglésias, os textos e a periodização são organizados a partir da ideia de que o pensamento histórico se desenvolve de forma associada ao construto nacional. Em via dessa premissa, o primeiro momento culmina na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, colegiado de letrados a serviço do Estado monárquico que foram pioneiros na tarefa de construir uma historiografia oficial para o Brasil. Nesse sentido, a relação com a historiografia alemã e o método histórico rankeano também é destacado, pois a transformação da História em categoria científica é fenômeno contíguo à sua institucionalização como saber voltado para serviços de vocação pública e formação cívica numa sociedade nacional. Por conta disso também, o terceiro momento da história da historiografia nacional trata da Universidade, tendo em vista que o regime acadêmico de produção historiográfica é um dos principais produtos institucionais do desenvolvimento da ciência histórica no país.

Obviamente, as distinções não são apenas esquemáticas, elas também são analíticas, na medida em que os métodos empregados por Iglésias e Moura são divergentes. O caminho tomado por Clóvis Moura é muito mais próximo ao do crítico literário, do jornalista polemista ou do filósofo. Sua crítica decompõe o texto desde a sua infraestrutura intelectual para, enfim, realçar a particularidade que se busca examinar: a representação do negro na escrita histórica. Por outro lado, Iglésias primeiramente preocupa-se em esboçar um quadro geral no qual o conjunto bibliográfico estudado está circunscrito. A particularidade do texto tomado como documento emerge, mas não é o sentido final da análise pois o pensamento que organiza a crítica é didático, desejoso de legar ao leitor um esquema feito de blocos com períodos bem demarcados. Esse gesto professoral faz muita falta no texto de Clóvis Moura, autor cujo estilo ácido, trovejante e irônico acaba empolgando tanto a leitura quanto deixando de lado a exposição de blocos históricos, estruturas e conjunturas tão necessárias à fundamentação dos estudos históricos. Ainda assim, dessa falta será perdoado por todos aqueles dedicados à construção dos anais do pensamento negro e suas críticas às ciências históricas. Principalmente aqueles que tomam *Injustiças de Clio* o perfil como um texto seminal. E também por ser o seu autor um dos gigantes sob cujos ombros estamos todos.

Conclusão? A Crítica de Clóvis Moura à Historiografia ainda é pertinente?

O texto atual deverá ser compreendido como introdutório a uma obra que irá procurar restaurar a verdade histórica sobre o negro no Brasil e a sua dinâmica no contexto da atual sociedade brasileira (Moura, 2025, p.41).

A leitura crítica de Clóvis Moura lança luz sobre um projeto de Brasil que se edificou sobre a exclusão sistemática de parte significativa seus elementos fundacionais: a negritude, a cultura africana e a resistência dos escravizados. Ao denunciar essa exclusão, Moura não apenas reinterpreta a história oficial, mas também propõe outra forma de fazer história, uma história que reconhece a centralidade da luta negra na formação do Brasil. O uso do conceito de intelectual orgânico, ainda que implícito, é estratégico e permite mapear os compromissos ideológicos por trás das produções historiográficas, inserindo o debate brasileiro dentro de uma tradição crítica internacional.

Em tempos em que os projetos de memória e identidade nacional voltam a ser disputados, revisitar a crítica de Moura torna-se tarefa urgente. Sua obra ensina que não há escrita da história desinteressada; todo historiador é, em alguma medida, um intelectual orgânico de um projeto de mundo. Cabe, então, à nova geração de historiadores e intelectuais, escolher a quem servir: à

manutenção de uma história excludente ou à construção de uma memória verdadeiramente democrática, plural e popular. Clóvis Moura escolheu seu lado, e nos convida a fazer o mesmo.

Entretanto, cabe sobrepesar que o conjunto bibliográfico analisado pelo professor Clóvis Moura em *Injustiças de Clío* é insuficiente para verificação da tese acerca do papel da ideologia racista como elemento estruturante da historiografia, ou, levando em consideração o tipo de intelectual por ele analisado, que não era necessariamente um historiador, do pensamento histórico brasileiro. Outros intelectuais deveriam ter tido suas obras tomadas como documento nesse exercício, tais como Sílvio Romero, Manuel Bonfim, Paulo Prado, Capistrano de Abreu, entre outros, para não citar intelectuais da Era Vargas, da Quarta República, ademais os especialistas em História Social formados no regime acadêmico. O recorte deveria ter sido outro, mais largo, mais profundo e a documentação poderia, sem implicar obviamente numa desvalorização da obra do autor, ter sido mais robusta.

Além disso, se a proposição central é a de que a historiografia brasileira se converte em um instrumento ideológico do racismo ao tomar o problema da formação social enquanto objeto de análise, poderia então, ter sido melhor matizado: quem são esses historiadores? De onde produzem? Para quem escrevem? Dessa forma, o próprio regime de produção historiográfica institucionalizado no Brasil, no recorte abordado pelo professor Moura, poderia ter sido problematizado, tomado enquanto objeto e ter sua diacronia estudada. Subjacente a isso, a espacialidade, a historicidade e a política do ordenamento social.

Todavia, essas ausências se tornam compreensíveis quando tomamos a própria crítica de Clóvis Moura como documento da História do Pensamento Histórico. Seu livro é um ensaio de caráter introdutório que tem papel de vanguarda na produção intelectual brasileira e negra de sua época, tendo em vista que um estrangeiro como Thomas Skidmore já escrevia sobre pretos e brancos no pensamento brasileiro na década de 1970.

Por fim, o livro trata-se de um documento histórico cuja leitura nos deixa com uma sensação de trabalho incompleto, não porque o professor Clóvis Moura não dispusesse dessa capacidade . Contudo sim, porque, sendo ele um homem já idoso, nos passa a impressão de nos confiara sua agenda de pesquisas dizendo: agora é sua vez de contribuir, pois apenas iluminei com minha crítica ácida os aspectos elementares do problema.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 12, p. 34-44, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e cultura histórica: notas para um debate**. Ágora, v. 11, n. 1, p. 31-47, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. São Paulo: Editora Dandara, 2025.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.

USP. Colonialismo ainda deixa marcas nas relações internacionais: obra serve como alerta às ameaças que pautam a evolução da história humana e faz ressalvas a anacronismos. **Jornal da USP**, São Paulo, 21 fev. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=226127>. Acesso em: 30 jul. 2025.